

# A estratégia de integração militar do Grupo de Visegrad ao Ocidente à luz das suas condições geopolíticas e experiências históricas recentes

## The military integration strategy of Visegrad Group to the West in the light of its geopolitical conditions and recent historical experiences

**NIKOLA PAŘÍZKOVÁ** | nik.parizkova@gmail.com  
Doutoranda em Economia Política Internacional pelo PEPI/UFRJ.

**DANIEL KOSINSKI** | danskos@gmail.com  
Doutorando em Economia Política Internacional pelo PEPI/UFRJ.

**Recebimento do artigo** Julho de 2017 | **Aceite** Outubro de 2017

**Resumo** O Grupo de Visegrad é uma organização integrada por quatro países da Europa Central – Polónia, República Tcheca, Eslováquia e Hungria. Criado em 1991, logo após a queda, nestes países, dos regimes do “socialismo real” sob direta ascendência soviética, seu objetivo expresso era o de promover a adesão rápida e completa dos seus integrantes às instituições ocidentais, particularmente OTAN e União Europeia. Esse objetivo foi alcançado com pleno êxito entre 1999 e 2004. Recentemente, vem ocorrendo ainda maior aprofundamento das relações entre seus governos e forças armadas e o Ocidente. Assim, destaca-se um intenso acirramento da disputa geopolítica e da marcada escalada de posições militares da OTAN, por um lado, e da Rússia com a retomada do “ativismo”, por outro, sugerindo o ressurgimento do *shatterbelt* da Europa Centro-Oriental. O propósito deste artigo, portanto, é o de analisar os elementos teóricos e históricos que fundamentam a estratégia geopolítica de integração e cooperação militar com o Ocidente perseguida por aqueles governos nos últimos 25 anos, considerando-se o seu atribulado passado de guerras, invasões e ocupações estrangeiras, principalmente – mas não apenas – por parte da Rússia. **Palavras-Chave** Geopolítica, Grupo de Visegrad, Europa Central, OTAN, Rússia.

**Abstract** The Visegrad Group is an international organization composed by four Central European countries – Poland, Czech Republic, Slovakia and Hungary. Formed in 1991 right after the fall in these countries of the socialist regimes under direct soviet supremacy, its express purpose was to promote fast and complete accession of its members to Western institutions, notably NATO and the European Union. This objective has been successfully accomplished between 1999 and 2004. Recently, the deepening of relations between its governments and armed forces and the West has been occurring. Thereby, there is intense worsening of the geopolitical dispute and clear escalation of NATO’s military positions, on one hand, and Russia with the resumption of “activism”, on the other, suggesting the resurgence of Central-Eastern European *shatterbelt*. The purpose of this paper therefore is to analyze theoretical and historical elements that found the geopolitical strategy of integration and military cooperation with the West pursued by these governments in the last quarter of a century, taking into account their troubled past of wars, invasions and occupations by foreign powers, specially – but not only – by Russia. **Keywords** Geopolitics, Visegrad Group, Central Europe, NATO, Russia.

## Acontecimentos políticos e militares recentes na Europa Centro-Oriental<sup>1</sup>

Nos últimos anos, são numerosos os indícios de que há em curso um intenso acirramento da disputa geopolítica pelo controle sobre a Europa Centro-Oriental. Em linhas gerais, essa disputa envolve, de um lado, americanos e europeus, organizados nas instituições ocidentais transatlânticas, como a União Europeia e, principalmente, a OTAN, e de outro, a Rússia. Ela vem se desenvolvendo principalmente através da projeção de influência política e posicionamento de forças militares sobre os países da região.

Sem dúvidas, o ponto nevrálgico deste embate tem se localizado na Ucrânia, país cujo controle político vem sendo acirradamente contestado desde, pelo menos, a chamada “Revolução Laranja”, em 2004. Dez anos depois, a situação evoluiu para um confronto armado - ainda em andamento - no leste do país entre insurgentes russófilos e as forças do governo central, apoiadas por recursos ocidentais. Destaque-se, também, a intervenção militar russa iniciada em fevereiro de 2014, que resultou na anexação *de facto* (embora sem reconhecimento internacional) da Crimeia no mês seguinte.

Desde então, diversos acontecimentos recentes expressam o grande crescimento da tensão em toda a Europa Centro-Oriental e no seu entorno estratégico, especialmente nas suas principais vias de acesso marítimo, os mares Báltico e Negro, indicando, por um lado, uma visível escalada armamentista na região, e por outro, suscitando temores quanto ao possível “transbordamento” do conflito ucraniano. Com efeito, para ilustrar este fato, cabe delinear uma breve cronologia dos acontecimentos políticos e militares ocorridos nos últimos tempos:

**(1)** Em junho de 2016, autoridades militares da Alemanha e Polônia, reunidas na cidade portuária alemã de Rostock, anunciaram inédito programa de cooperação entre as suas forças navais fundamentado no estabelecimento de uma “Autoridade de Operações Submarinas” comum. Este órgão, subordinado ao *Centro de Operações Marítimas* alemão, conta com a participação de oficiais poloneses e se destina ao controle operacional sobre a totalidade da frota submarina dos dois países - onze no total, sendo seis alemães e cinco poloneses -, realizando operações majoritariamente no mar Báltico. Ele objetiva estreitar os compromissos de promoção da segurança mútua entre Alemanha e Polônia iniciados em 1999, mediante acordo para a proteção e compartilhamento de informações relacionadas à segurança, e levados adiante no âmbito multilateral através da participação dos dois países na OTAN. A reação do governo russo - presumivelmente, o alvo da aliança - foi imediata. O ministro da defesa do país, Sergei Shoigu, condenou o acordo como uma “provocação desnecessária” e afirmou que a progressiva expansão das posições da OTAN na direção da Rússia “minava a estabilidade estratégica na Europa”, forçando o país a tomar o que chamou de “medidas retaliatórias” (KOSINSKI, 2016(b)).

**(2)** Meses mais tarde, no início de outubro, as Forças Armadas russas deslocaram baterias de mísseis *Iskander* para suas bases militares no exclave de Kaliningrado, localizado no litoral do Báltico entre a Polônia e a Lituânia. Esses mísseis possuem raio de alcance de aproximadamente 500 quilômetros e capacidade para transportar ogivas nucleares, o que lhes permitiria alvejar capitais de países integrantes da OTAN como Varsóvia, Vilnius, Riga e Copenhague, além dos arredores de Berlim, Estocolmo<sup>2</sup> e Tallin. Segundo declarações do governo russo, tratou-se de “operação rotineira”, acompanhada por satélite de

---

1 Não há consenso definitivo a respeito dos limites precisos das regiões centro e leste europeias. Os órgãos da União Europeia consideram “Europa Oriental” toda a região a leste da Alemanha, Áustria e Itália, com exceção dos três estados bálticos. Outras definições, porém, baseadas em critérios linguísticos, políticos e religiosos, consideram como parte da “Europa Central” os países de língua eslava e religião predominantemente católica, além da Hungria. Durante a Guerra Fria, eram considerados pertencentes à “Europa Oriental” todos os países dentro da esfera de influência soviética, isto é, até mesmo a Alemanha Oriental. Desta forma, procurando evitar essas imprecisões, arbitramos pelo uso do termo “Europa Centro-Oriental” como referente à região contida entre a Alemanha e a Rússia e os mares Báltico, Negro e Adriático.

2 A Suécia não integra formalmente a aliança militar, mas tem status de “país parceiro”, embora a própria Rússia também o seja.

reconhecimento americano. Não obstante, ela elevou a presença militar russa na região, movimento percebido por autoridades como o Ministério da Defesa polonês, que afirmou considerá-lo “altamente preocupante” (KOSINSKI, 2016(a)).

(3) Em janeiro de 2017, uma brigada blindada americana se instalou na cidade de Zagan, no oeste da Polônia, onde ficará sediada até o fim de 2017. O comboio, composto por 24 veículos blindados *Humvee* e dez caminhões, compõe “uma das maiores mobilizações de forças americanas na Europa desde o fim da Guerra Fria”, segundo informações da Agência France-Presse. Em abril, outro contingente de militares americanos chegará ao país. Este movimento representa apenas o “primeiro transporte de soldados [...] e material militar pesado” americano para os países da Europa Centro-Oriental no contexto da operação *Atlantic Resolve*, ordenada por Barack Obama nos seus últimos dias de mandato<sup>3</sup>.

Por sua vez, o governo russo, através de declarações do seu porta-voz, afirmou considerar a movimentação de forças militares “uma ameaça contra nós”, principalmente por se tratar de “um terceiro país” que “reforça sua presença militar em nossas fronteiras”, embora “nem mesmo [seja] um país europeu”. Já o vice-chanceler russo, Alexei Mechkov, disse que a mobilização “é um fator para desestabilizar a segurança europeia” (KOSINSKI, 2017(a)).

(4) No início de março do mesmo ano, foi anunciada a criação do primeiro comando militar unificado da União Européia. Intitulado *Military Planning and Conduct Capability* (MPCC), ele ficará sediado em Bruxelas, na Bélgica, e entrou imediatamente em operação, coordenando missões no Mali, Somália e África Central. Embora ainda represente passo preliminar, muito aquém da criação de forças armadas comuns ou comandos militares plenamente centralizados para a União, seu surgimento indica os avanços que ela vêm alcançando na implementação das suas políticas de segurança e defesa.

Não obstante, do ponto de vista geopolítico, podemos apontar alguns fatores que, devido à crescente pressão que vêm exercendo sobre a estabilidade e coesão da União, figuram como responsáveis pela celeridade com que recentemente, ao contrário do que ocorreu durante décadas, os planos comuns de defesa e estratégia militar da União Européia vêm sendo executados: a eleição de Trump e as incertezas com relação ao comprometimento político dos Estados Unidos com a defesa europeia através da OTAN; a guerra civil na Síria, a fragmentação deste e de outros países como a Líbia e o Iraque e a imigração em massa de refugiados para a Europa; e a preocupação com os avanços da Rússia (KOSINSKI, 2017(c)).

Ademais, ressalte-se também a ocorrência recente de alguns resultados eleitorais e manobras diplomáticas de caracteres favoráveis ao fortalecimento da influência russa em outros países da região ou na sua vizinhança imediata, como na Bulgária, Moldávia e Estônia (KOSINSKI, 2016(c)). Finalmente, também merece nota a importante visita realizada no início de fevereiro de 2017 por Vladimir Putin ao primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, repetindo encontros que ambos vêm realizando regularmente nos últimos anos. De acordo com relatos publicados na imprensa portuguesa, durante o encontro, o presidente russo se referiu à Hungria como “parceiro importante e fiável da Rússia na Europa”, e o dirigente húngaro teria aproveitado a ocasião para criticar a “forte atmosfera anti-russa” no Ocidente, salientando que “é difícil ver prosperidade econômica global sem a Rússia”. Eles firmaram, também, contratos bilionários para a construção de dois novos reatores nucleares na Hungria com tecnologia e financiamento russos, de quem os húngaros (assim como a maioria dos países europeus) dependem largamente para o seu abastecimento energético. Não obstante, já há algum tempo o governo de Orbán vem tentando articular a suspensão das sanções comerciais impostas pela União Europeia à Rússia em 2014,

---

3 Negociações para a instalação de tropas, equipamentos e sistemas militares e mísseis americanos em países como Polônia, República Tcheca e Hungria vinham se desenvolvendo sem sucesso desde o governo de George W. Bush. A decisão de Obama de, afinal, autorizar o seu envio indica sua clara disposição em comprometer Donald Trump com a manutenção do aparato de segurança americano na região. Isso porque, durante a última campanha presidencial, Trump declarou em diversas ocasiões a sua disposição de condicionar a participação americana na defesa dos países europeus a maiores contribuições financeiras para a OTAN. No total, a operação envolverá mais de três mil soldados americanos, centenas de tanques e armamento pesado, que ficarão instalados também em outros países como Estônia, Letônia, Lituânia, Hungria, Romênia e Bulgária.

as quais o governo húngaro responsabiliza por perdas da ordem dos seis bilhões de euros em exportações (KOSINSKI, 2017(b)).

Com efeito, todos esses acontecimentos reforçam o quadro geopolítico de uma região cujo controle se encontra cada vez mais em disputa. Não obstante, à parte a já indicada presença e influência exercida sobre a Europa Centro-Oriental por agentes externos, nela própria se situam quatro países que, embora de pequenas dimensões, são considerados os mais avançados e estrategicamente relevantes da região e que, no último quarto de século, vêm se posicionando de forma ativa como principais pivôs regionais desta disputa, a saber: Polônia, República Tcheca, Eslováquia e Hungria. Isso porque, neste período, organizados no chamado “Grupo de Visegrad”, os governos desses países buscaram estratégias de integração às instituições ocidentais com vistas a assegurar o reconhecimento, defesa e exercício das suas soberanias.

Desta forma, procurando entender os fundamentos por trás da elaboração e execução desses planos pelas suas elites dirigentes, e considerando-se os acontecimentos acima elencados, propomos buscá-los numa sucinta exposição dos antecedentes históricos e das condições geopolíticas da área.

## Condições geográficas e formulações geopolíticas: o *Shatterbelt* da Europa Centro-Oriental

A Europa Centro-Oriental caracteriza-se por ser região composta por estados de dimensões territoriais e demográficas pequenas (exceções relativas feitas à Polônia e Ucrânia) que coexistem num chamado “ambiente compactado” (“*compressed environment*”). No que diz respeito à geografia física, seu território constitui região estratégica, encontrando-se na zona de transição entre a Europa e as vastas estepes da Ásia Central.<sup>4</sup> São condições que, ao longo da história, a tornaram região bastante vulnerável a fluxos migratórios e ao deslocamento rápido de forças militares, difícil de ser defendida e muito vulnerável, a tornando propícia às guerras e invasões.

Isto posto, a Europa Centro-Oriental praticamente não conheceu período no qual tenha deixado de ser disputada por potências internas ou externas. Assim, do ponto de vista geopolítico<sup>5</sup>, várias teorias foram formuladas durante o século XX como tentativas de entender essa tendência marcante. De acordo com elas, a Europa Centro-Oriental é geralmente considerada uma zona conturbada de pressão competitiva, conforme tratado pelas visões de autores tradicionais da disciplina como Halford Mackinder, Nicolas Spykman e Zbigniew Brzezinski, entre outros.

Em rigor, é o conceito de “*shatterbelt*”, formulado especificamente tendo em vista as especificidades da Europa Centro-Oriental, que melhor corresponde às especificidades deste fenômeno. A sua elaboração está estreitamente relacionada ao período subsequente à Segunda Guerra Mundial, objetivando descrever os movimentos geopolíticos estratégicos dos Estados Unidos e da União Soviética na disputa pelo comando sobre a Europa. De acordo com a definição de Saul B. Cohen, os *shatterbelts*, como um dos aspectos mais importantes do mapa político mundial contemporâneo, são “regiões estrategicamente orientadas que são profundamente divididas internamente e apanhadas na competição entre

4 Ele se caracteriza pelo predomínio de duas grandes planícies: a Grande Planície Húngara e a Planície Norte-Européia, que vai do litoral do Mar do Norte até a Polônia. Em todo este vasto território são poucos os obstáculos naturais, como cadeias de montanhas, e as existentes não se destacam nem pela extensão nem pela proeminência de seus picos.

5 Não consideramos a geopolítica uma variável determinante, mas um aspecto estratégico que faz parte das motivações para ações políticas específicas. Assim, o território seria um instrumento estático e apenas quando sobre ele incide a vontade dos agentes que se torna parte de um projeto geopolítico específico. Logo, consideramos a geopolítica como um “*conhecimento estratégico e normativo que avalia e redesenha a própria geografia a partir de algum projeto de poder específico, defensivo ou expansivo*” (FIORI, 2014, p. 141).

as grandes potências [...]” (2008, p. 48)<sup>6</sup>. Ao mesmo tempo, Cohen salienta a importância fundamental dessas regiões para as condições da geopolítica mundial.

Analogamente, na visão de Philip Kelly, *shatterbelts* são

Regiões nas quais dois países estrategicamente importantes competem pelo controle, com uma estrutura resultante em dois níveis de conflito estratégico e regional inter-relacionados. *Shatterbelts* apresentam risco de escalada, de guerras que podem se propagar para outros lugares, e de países menores incitando sérias confrontações entre seus patrocinadores maiores, estrategicamente importantes (KELLY, 1997, p. 33).<sup>7</sup>

Neste sentido, há muito que a Europa Centro-Oriental vem sendo considerada o “cinturão de mudança política na Europa” (UNSTEAD, 1923), tendo como características históricas a fragmentação linguística e cultural, instabilidade social e política, baixo desenvolvimento produtivo e militar em comparação com os países mais avançados da Europa Ocidental e seguidas ocupações por grandes potências estrangeiras. Assim, por exemplo, durante todo o século XIX, a região foi dominada e disputada por grandes impérios: Áustria, Prússia (depois de 1871, Alemanha), Rússia e Turquia Otomana, que dominava a maior parte dos Balcãs. Já após a Primeira Guerra Mundial – que começou como um conflito centro-europeu entre austríacos e sérvios –, estados como Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia e Romênia foram criados por convenções internacionais a partir da dissolução daqueles impérios, derrotados na guerra. Porém, eram países que possuíam pouca coesão interna e grande debilidade produtiva e militar (HOBSBAWM, 1995), perpetuando a vulnerabilidade da região às intenções expansionistas das grandes potências.

Com a ascensão do nazismo ao poder na Alemanha em 1933 e a invocação da ideologia do “espaço vital” (*Lebensraum*) a ser conquistado no leste, foram os tchecoslovacos, com a anexação dos Sudetos em 1938, os primeiros a serem novamente alvo de agressões externas na área, o que se deu com consentimento de britânicos e franceses, supostamente seus aliados. Não obstante, no ano seguinte, nazistas e soviéticos acertaram bases para nova divisão e reocupação da região ao firmarem o chamado Pacto Ribbentrop-Molotov, ao qual se seguiu a dupla invasão e dissolução da Polônia em setembro de 1939.

Posteriormente, com a invasão da própria União Soviética pelos nazistas em junho de 1941, praticamente toda a Europa Centro-Oriental caiu sob seu domínio nos três anos seguintes, durante os quais eles perpetraram as maiores atrocidades e genocídios da guerra – se não de toda a história. No final da Guerra, Hungria, Polônia e Tchecoslováquia foram “liberadas” do domínio nazista pelos soviéticos, fato que, conforme ficaria evidenciado, significou acima de tudo a substituição de um ocupante estrangeiro por outro. Isso porque os soviéticos, por instrumentos diversos – como eleições manipuladas ou golpes de Estado –, instalaram nos países da região governos de inspiração estalinista, mantidos de maneira firme sob seu controle graças à presença de militares soviéticos nos seus territórios<sup>8</sup>.

Desta forma, para húngaros, poloneses e tchecoslovacos, as décadas seguintes foram caracterizadas pela subordinação (muitas vezes, voluntária) dos seus governos em diversos níveis às imposições

6 COHEN, S.B. *Geopolitics: the Geography of International Relations*. Maryland: Rowman & Littlefield, 2008, p. 48. “[...] *strategically oriented regions that are both deeply divided internally and caught up in the competition between great powers of the geostrategic realms*”. Tradução livre a cargo dos autores.

7 KELLY, Philip. *Checkerboards & Shatterbelts: The Geopolitics of South America*. Austin: University of Texas Press, 1997, p. 33. “[...] *regions in which two strategically important countries compete for control, with a resulting two-tiered structure of interrelated regional and strategic conflict. Shatterbelts pose a danger of escalation, of wars that might spread elsewhere, and of smaller countries' prompting serious confrontation between their larger, strategically important sponsors*”. Tradução livre a cargo dos autores.

8 As tropas soviéticas, e depois russas, só deixaram a Polônia depois 54 anos em 1993. No caso da Tchecoslováquia, deixaram o país já em 1945, após acordo com os aliados ocidentais; porém, retornaram para sufocar a *Primavera de Praga*, em 1968, e então só deixaram o país em 1991. Quanto à Hungria, após a sua invasão por ocasião do esmagamento da *Revolução Húngara* de 1956, seu governo consentiu na assinatura de acordo com a União Soviética que formalizava a presença permanente das forças soviéticas em seu território.

soviéticas. De maneira geral, qualquer tentativa de “distensão” dos regimes ocasionalmente proposta pelos seus governos era entendida pelos soviéticos como um desvio intolerável da sua linha política e ameaça à “coesão” do bloco socialista. Assim, tendo em vista garantir o controle direto e ainda mais estreito sobre as forças militares dos seus satélites, em 1955 os soviéticos criaram o Pacto de Varsóvia, sediado, apesar do seu nome, em Moscou, e comandado por militares soviéticos.<sup>9</sup>

De fato, este quadro de submissão à superpotência estrangeira perdurou até a segunda metade da década de 1980.<sup>10</sup> Ponto de virada foi a ascensão em 1985 ao poder na União Soviética de Mikhail Gorbachev<sup>11</sup> e a emergência em diversos países da região de diversos movimentos contrários aos regimes liderados por setores da sociedade civil organizada apoiados por recursos ideológicos e materiais ocidentais, dentre os quais o mais conhecido foi a chamada *Revolução de Veludo*, na Tchecoslováquia (PAŘIZKOVÁ, 2016).

Com isso, entre 1989 e 1991, todos os países da Europa Centro-Oriental realizaram eleições consideradas “livres” pelos observadores ocidentais, fato que significou o fim dos regimes do chamado “socialismo real” e a sua substituição pelas instituições liberais representativas, ditas “democráticas”. Assim, em 1989 na Polônia e na Hungria e em 1990 na Tchecoslováquia, assumiram os respectivos governos partidos políticos dotados de distintos matizes ideológicos e seus representantes recém-eleitos em eleições multipartidárias. Foram esses governos que deram início às “reformas liberalizantes”, sob os auspícios de governos estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos, e de instituições internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, significando a substituição do planejamento centralizado das atividades produtivas, próprio do modelo soviético, pelo que se considera ser a “economia de mercado”, isto é, o capitalismo liberal (ŠIK, 1990).

Desta forma, apesar dos muitos obstáculos e dificuldades enfrentadas na adoção daquelas instituições e do *deficit* significativo em termos de prosperidade material e índices de padrão de vida que apresentavam em relação aos países mais avançados da Europa Ocidental, os governos daqueles países puderam, pela primeira vez após pouco mais de meio século sob rígida dominação estrangeira – primeiro pelos nazistas, e depois pelos soviéticos –, exercer a sua soberania sem tantos impedimentos externos. Isto posto, da sua perspectiva, impedir a possibilidade de outra futura subordinação direta a alguma potência estrangeira passou a ser considerado o principal objetivo estratégico das suas políticas externas e, também, das de desenvolvimento e integração produtiva, financeira e militar, com vistas a fortalecer e modernizar os seus estados. Em rigor, é dentro deste cenário historicamente conturbado que os governos articulados no chamado *Grupo de Visegrad* têm, desde a sua formação, procurado se posicionar estrategicamente, visando, por um lado, conter o que seus dirigentes percebem como as ameaças externas mais imediatas ao exercício da sua soberania e, por outro, procurando ampliar a sua capacidade de iniciativa estratégica entre as grandes potências globais, cujos interesses e movimentos inevitavelmente provocam grandes repercussões sobre toda a região.

9 Foram as suas forças que invadiram a Hungria em 1956 para depor o governo de Imre Nagy, que vinha propondo reformas liberalizantes no regime. O mesmo ocorreu em 1968, com a invasão da Tchecoslováquia para remover Aleksander Dub ek e sufocar a “Primavera de Praga” (BALÍK, 2011). Em rigor, foi um princípio de intervenção reafirmado por Leonid Brezhnev na chamada Doutrina Brezhnev que reivindicava para a União Soviética o “direito” de intervir em qualquer país socialista no qual supostas “forças reacionárias” estivessem encaminhando o retorno ao capitalismo.

10 Quando se deu a convergência de diversos fatores tais como (entre outros): a eleição do cardeal conservador polonês Karol Wojtila para o Papado em 1978 e suas seguidas peregrinações como papa João Paulo II aos países da região (FIORI, 2007); o surgimento em 1980 e a ascensão do sindicato independente Solidarno (“Solidariedade”) na Polônia, liderado por Lech Walesa (ZAMOYSKI, 2009); o severo enfraquecimento do poderio militar, tecnológico, produtivo e financeiro sofrido pela União Soviética naquela década (MEDEIROS in FIORI et al., 2008)

11 Que propôs fracassadas reformas liberalizantes e descentralizadoras na estrutura das instituições políticas e da produção e renunciou ao uso da força militar para manter o status quo soviético na Europa Centro-Oriental (MEDEIROS in FIORI et al., 2008)

## Formação e objetivos do Grupo de Visegrad

O Grupo de Visegrad é uma organização<sup>12</sup> composta por Polônia, República Tcheca, Eslováquia e Hungria (doravante, V4). Ele foi criado em 15 de fevereiro de 1991 durante uma reunião dos chefes de governo, na época, dos três países vizinhos - já que República Tcheca e Eslováquia constituíam a Tchecoslováquia, que se dissolveu pacificamente em 1993 -, realizada na pequena vila húngara de Visegrad, escolhida por ter sido o local do encontro histórico, em 1335, entre os reis da Boêmia, Hungria e Polônia.

Em rigor, é considerando todo o contexto geopolítico e histórico no qual estão inseridos aqueles países que podemos compreender o teor dos objetivos apresentados na curta *Declaração de Visegrad*, o documento de fundação do V4, cujo título já é indicativo do propósito principal para a sua formação: *Declaração sobre a cooperação entre a República Federal Checa e Eslovaca, a República da Polônia e a República da Hungria na busca pela integração europeia*. Assim, o documento afirma que “a similaridade da situação que se desenvolveu nas últimas décadas determinou para esses três países objetivos básicos convergentes”, que seriam: a “restituição integral da independência do Estado, democracia e liberdade”; a “eliminação de todos os aspectos sociais, econômicos e espirituais existentes do regime totalitário”; “a construção de uma democracia parlamentar, um moderno Estado de Direito, o respeito pelos direitos humanos e liberdades”; a “criação de uma moderna economia de livre mercado”; e o “envolvimento integral no sistema político e econômico europeu, assim como no sistema de segurança e legislação” (VISEGRAD DECLARATION, 1991)<sup>13</sup>.

Com efeito, já passados 25 anos da sua criação, podemos afirmar que o V4 teve considerável êxito nos seus principais fins. Pouco mais de uma década após sua fundação, seus quatro membros conseguiram coordenar a entrada conjunta, e com razoável celeridade, nas principais instituições supranacionais ocidentais. Assim, em 1999, Hungria, Polônia e República Tcheca aderiram à OTAN - a Eslováquia o fez em 2004 -, para todos os fins, colocando-se dentro do território diretamente submetido ao controle do aparato militar americano. Anteriormente, eles já haviam entrado no Conselho da Europa (1990, 1991 e 1993, respectivamente). No que diz respeito à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), os tchecos aderiram em 1995, húngaros e poloneses em 1996 e os eslovacos, em 2000. Finalmente, os quatro países aderiram conjuntamente à União Europeia em 2004, valendo ainda lembrar que a Eslováquia também adotou o euro em 2009, enquanto os demais permanecem usando suas moedas nacionais<sup>14</sup>.

Desta forma, os países do V4 alcançaram os principais objetivos formulados na sua formação, expandindo consideravelmente suas atividades produtivas<sup>15</sup> e se integrando rapidamente aos fluxos eu-

12 O V4 possui apenas uma instituição permanente - o Fundo de Visegrad, estabelecido em 2000 em Bratislava. Seus recursos servem principalmente para organização das conferências e eventos culturais, além de bolsas de estudo para os cidadãos do grupo. Em 2014, o Fundo consistiu de 8 milhões de euros (KUGIEL, Patryk (ed.). *V4 Goes Global: Exploring Opportunities and Obstacles in the Visegrad Countries' Cooperation with Brazil, India, China and South Africa*. Warsaw: Polski Instytut Spraw Międzynarodowych, 2016).

13 *Visegrad Declaration*, 1991. Visegrad. Tradução a cargo dos autores. Disponível em: < <http://www.visegradgroup.eu/documents/visegrad-declarations/visegrad-declaration-110412> > - Acesso em 25.02.2016.

14 Não obstante, o êxito na integração não se deu apenas em função dos interesses dos governos dos países do V4. Isso porque havia a clara percepção, principalmente por parte de dirigentes alemães como o chanceler Helmut Kohl, de que era necessário integrar aqueles países à Europa com vistas a possibilitá-los prosperar materialmente, pois a própria Alemanha não poderia se manter segura e estável tendo países depauperados e instáveis na sua fronteira oriental (MARSH, 1995).

15 Foram grandes os progressos materiais feitos por esses países nos últimos anos. A República Tcheca, país de forte tradição industrial, rapidamente recuperou sua indústria da crise decorrente do fim do regime neostalinista (HOLMAN, Robert et al. *D jiny ekonomického myšlení*. Praha: C. H. Beck, 2005). Hoje, muitas das maiores empresas da Europa Central são tchecas, operando em atividades como geração e distribuição de energia, petroquímica, logística e transportes, além de grupos antigos e bem conhecidos, como a automobilística Škoda (embora sob controle privado estrangeiro do Grupo Volkswagen). A Polônia também vem apresentando elevadas taxas de crescimento da produção - foi o único país europeu que logrou evitar recessão desde a crise global de 2008 - e consolidação da sua industrialização, bastante diversificada, embora historicamente menos avançada que a tcheca. O país apresentou em 2014 o oitavo maior produto interno bruto da União Europeia e o vigésimo terceiro do mundo. Finalmente, a Hungria e a Eslováquia têm se destacado como importantes centros logísticos e de indústrias e serviços de alta tecnologia, servindo como bases avançadas de diversas empresas estrangeiras, que se instalaram nas suas capitais.

ropeus e ocidentais de comércio e finanças, tornando-se, em particular, área privilegiada de expansão de capitais privados alemães. Assim, a “Declaração de Bratislava”, emitida por ocasião de reunião comemorativa do vigésimo aniversário do Grupo, em 2011, atualizou os objetivos expressos na carta de fundação. Considerando que os fins de integração política e econômica com a Europa já haviam sido concretizados, ela enfatizou as preocupações com a segurança dos estados-membros. Isto posto, além de reiterar o apoio integral do V4 à continuidade do processo de expansão da União Europeia e da OTAN para os Balcãs, o documento afirmava a necessidade de “apoiar e advogar a promoção das relações euro-atlânticas, incluindo o desenvolvimento de complementaridades estratégicas próximas entre a OTAN e a União Europeia, que são consideradas essenciais para a segurança de longo prazo dos nossos países e de toda a área euro-atlântica”, e que “o atual ambiente internacional coloca desafios cada vez mais complexos de uma natureza universal que vão muito além dos meios de países individuais”, citando como ameaças fenômenos como a imigração ilegal e o tráfico de drogas e de pessoas, além de outras, imprecisas e de definição arbitrária, como o “terrorismo” e o “extremismo” (BRATISLAVA DECLARATION, 2011)<sup>16</sup>.

## A posição do V4 diante da retomada do “ativismo” russo na região

Não obstante, com os desenvolvimentos posteriores da crise na Ucrânia e após a anexação da Criméia pelos russos, as principais declarações do V4 passaram a explicitar a oposição dos seus governos às políticas adotadas pela Rússia. Por isso, na principal declaração produzida em 2015, eles fizeram referência ao que percebem como ameaças à segurança dos seus países vindas principalmente do “leste”, mencionando nominalmente a Rússia, além de citar, também, questões relacionadas à entrada de grandes contingentes de imigrantes na Europa:

O ambiente de segurança da Europa é dinâmico e imprevisível, com ameaças crescendo na vizinhança imediata da UE e além. No leste, mais de um ano depois da anexação ilegal da Criméia, a Rússia continua a violar a lei internacional, minando a soberania e integridade territorial da Ucrânia, e afirmando um desafio para a União Europeia e a segurança dos seus estados-membros. No sul, um cinturão de estados fracos e desestabilizados agora se estende do norte da África [...] até o Iraque e Iêmen, criando um ambiente propício a desafios como fluxos migratórios sem precedentes. Neste contexto, ressaltamos a necessidade de uma abordagem equilibrada e inclusiva, visando ameaças e desafios que a UE enfrenta tanto no leste quanto no sul (BRATISLAVA DECLARATION..., 2015)<sup>17</sup>.

Com efeito, esses governos também começaram a pressionar mais abertamente pela expansão das instituições ocidentais para o leste com vistas a incorporar países no imediato entorno estratégico russo. Assim, em maio de 2016, promoveram encontro em Praga dos seus ministros das relações exteriores com representantes dos países da “Parceria Oriental”, dos órgãos da UE voltados às negociações para o seu alargamento e dos governos sueco, holandês e alemão.

Então, na declaração produzida naquela ocasião, os governos do V4 reafirmaram o seu “intenso suporte à Política Oriental como dimensão estratégica da Política de Vizinhança Europeia”, consideran-

16 *Bratislava Declaration*, 2011. Bratislava. Tradução a cargo dos autores. Disponível em: < <http://www.visegradgroup.eu/2011/the-bratislava> > - Acesso em 25.2.2016.

17 *Bratislava Declaration of the Visegrad Group Heads of Government for a Stronger CDSP*, 2015. Tradução a cargo dos autores. Disponível em: < <http://www.visegradgroup.eu/calendar/2015/bratislava-declaration> >. Acesso em 29.3.2017.

do bem-vindo o “foco renovado” necessário para a sua consolidação e reforço. Assim, declararam apoio à realização de reformas que “fortalecessem a estabilidade interna e resiliência dos parceiros”, considerados fundamentos para uma cooperação baseada em “valores comuns, interesses mútuos e compromissos, assim como livre arbítrio, respeito pela soberania e independência de todas as partes e não direcionada contra ninguém”. Não obstante, ressaltaram também a “necessidade de reagir estrategicamente às consequências do atual contexto geopolítico desafiante” que a região apresenta.

Citando nominalmente a Geórgia, Moldávia e Ucrânia, os governos do V4 afirmaram considerar uma “tarefa-chave” implementar acordos de associação e livre comércio com esses países, oferecendo seu apoio às reformas necessárias para tal, “condições que trarão esses países gradualmente mais perto da União Européia [...]”.<sup>18</sup> Além disso, reiteraram crer que “a anexação ilegal da Criméia pela Rússia representa uma violação da lei internacional e um desafio para a segurança européia”, reivindicando a “implementação integral” do cessar-fogo imediato estabelecido pelo recém-assinado Acordo de Minsk e a resolução pacífica do conflito ucraniano “de acordo com a lei internacional”. Finalmente, reiteraram o apoio dos governos do V4 à “unidade, soberania, independência e integridade territorial” da Ucrânia (JOINT STATEMENT..., 2016)<sup>19</sup>.

Em seguida, em setembro de 2016, após encontro dos quatro primeiros-ministros do V4 com o então primeiro-ministro da Ucrânia, Volodymyr Groysman, o V4 declarou ter “reiterado seu intenso suporte à integridade territorial da Ucrânia e confirmou a política de não-reconhecimento da anexação ilegal da Criméia pela Federação Russa”, destacando, também, o seu apoio ao cessar-fogo então há pouco declarado na região do Donbas, urgindo a “todas as partes que [o] respeitem e abdicuem de ações que desestabilizem a situação na região”. Ademais, eles expressaram, também, seu “intenso apoio à pronta finalização do processo de ratificação do Acordo de Associação, incluindo a Área Compreensiva de Livre Comércio, entre a União Européia e a Ucrânia”, ressaltando os programas de cooperação entre os respectivos governos para a criação de um estado ucraniano “moderno [...] baseado em instituições estáveis e transparentes” (COMMUNIQUEÉ..., 2016)<sup>20</sup>.

Não obstante, após reunião dos respectivos primeiros-ministros do V4 à margem da reunião do Conselho Europeu realizada em Bruxelas em dezembro de 2016, nova declaração do grupo se referiu aos “desafios-chave que a União Européia precisa enfrentar”. Então, considerando as “pressões migratórias” como um problema de segurança a ser “resistido efetivamente” mediante o “controle total sobre as fronteiras externas” do bloco, a declaração defendia a “cooperação próxima da União Européia e OTAN” como elemento “vital para elevar a Política Comum de Segurança e Defesa e a segurança da Europa”, elogiando, ainda, os progressos feitos na implementação da Declaração Comum UE-OTAN, que “provê medidas para avançar a cooperação prática entre as duas organizações”. Eles reafirmaram, ainda, o apoio à rápida ratificação do acordo de livre comércio e isenção de vistos com a Ucrânia, um “importante elemento da política de Parceria Oriental, que os países de Visegrad consideram uma dimensão estratégica da Política de Vizinhança Européia” (JOINT STATEMENT..., 2016)<sup>21</sup>.

Finalmente, na última declaração emitida pelo grupo até o presente momento, as preocupações com a questão da segurança foram, mais uma vez, o foco. Assim, após encontro entre os seus ministros da defesa, os governos dos países do V4 acordaram: “implementar totalmente as decisões da reunião de cú-

18 Ademais, afirmaram desejar também estabelecer relações de cooperação num “amplo espectro de áreas de forma a incrementar a resiliência dos países-parceiros e sua habilidade de resistir às pressões internas e externas, desse modo contribuindo para a estabilidade da região”. Também foi enfatizada a necessidade de manter a “inclusividade” do programa, permitindo que Armênia, Azerbaijão e Belarus optem por estabelecer relações individuais com a UE. (JOINT STATEMENT..., 2016)

19 *Joint Statement on the Eastern Partnership of the Foreign Ministers of the Visegrad Group*, 2016. Tradução a cargo dos autores. Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/calendar/2016/joint-statement-on-the>> - Acesso em: 28.04.2017.

20 *Communiqué of Prime Ministers of the Visegrad Group after meeting with Prime Minister of Ukraine*, 2016. Tradução a cargo dos autores. Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/calendar/2016/communique-of-prime>> - Acessado em: 28.04.2017.

21 *Joint Statement of the heads of government of the V4 countries*, 2016. Tradução a cargo dos autores. Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/documents/official-statements/joint-statement-of-the-161215-1>> - Acessado em 28.04.2017.

pula da OTAN em Varsóvia, incluindo o fortalecimento do flanco oriental”. Então, eles “reconfirmaram a importância da presença avançada incrementada para a dissuasão e defesa mais efetivas” da aliança militar; discutiram a contribuição das suas forças militares às “Medidas de Garantia para os Estados Bálticos” adotadas pela OTAN para o ano de 2017, com a sua instalação, entre outras, na Estônia, Letônia e Lituânia, além de reiterar compromisso dos países do V4 com a segurança desses estados, antigas possessões soviéticas; acordaram o estabelecimento de quartel-general da Divisão Multinacional Nordeste na cidade polonesa de Elbląg, próxima à fronteira com o enclave russo de Kaliningrado, destinada a “fortalecer a eficiência da OTAN em empreender tarefas de defesa coletiva no flanco oriental”; enfatizaram considerar que a recente instalação da Brigada Blindada de Combate Americana na Polônia é importante para “assegurar a segurança de toda a região e fortalecer a relação transatlântica”; finalmente, expressaram o seu “suporte ao desenvolvimento posterior da Política de Defesa e Segurança Comum da União Europeia”, concordando que ela deve lidar com os “desafios da segurança de todos os membros de maneira efetiva” ao mesmo tempo em que fortalece a OTAN (JOINT COMMUNIQUÉ..., 2017)<sup>22</sup>.

## Conclusões

Efetivamente, as declarações e iniciativas de política exterior dos governos do V4 nos últimos anos não deixam dúvidas quanto à sua decidida orientação de pressionar pela expansão da União Europeia e da OTAN em direção ao leste, incorporando países nos limites orientais da Europa Oriental, nos Balcãs e no Cáucaso. Em rigor, trata-se de clara política de cercamento e contenção da Rússia, na medida em que os países em questão na Parceria Oriental eram, eles próprios, partes integrantes da antiga União Soviética (assim como o foram, anteriormente, do Império Russo). Ademais, destaque-se que no caso dos países bálticos, também eles anteriormente subordinados à Rússia como repúblicas soviéticas, a adesão às alianças ocidentais (UE e OTAN) foi realizada ainda em 2004, num momento em que, tudo indica, o governo de Vladimir Putin ainda não considerava a Rússia suficientemente recuperada da grave crise dos anos 1990 a ponto de resistir à expansão ocidental na direção das suas fronteiras. Assim, hoje, os territórios daqueles países servem de bases avançadas para a instalação de forças militares da OTAN, as mais próximas ao próprio território russo.

Desta forma, da perspectiva russa, é razoável supor que esses movimentos ocidentais sejam interpretados pelo governo de Vladimir Putin como uma ameaça à sua segurança estratégica e uma evidente disputa pela influência e controle sobre regiões que, historicamente, os russos têm considerado essenciais para a segurança, prosperidade e – não menos importante – prestígio do seu país. O caso ucraniano é certamente o mais extremo, na medida em que, além disso, se trata também de país cujo controle é considerado da maior importância para a própria identidade nacional russa. Assim, neste caso, os dois lados em disputa avançaram para o conflito armado, ainda que de intensidade relativamente baixa se comparado a outros.

Não obstante, buscamos neste artigo investigar e descrever, embora sucintamente, as condições geopolíticas e históricas enfrentadas no último século pelos países do Grupo de Visegrad, razões que, no nosso entendimento, levaram os seus governos a tomar a iniciativa de formá-lo em 1991 tão logo puderam exercer com maior liberdade a sua soberania. Nos referimos, principalmente, às condições geográficas e estratégicas excepcionais da Europa Centro-Oriental e as seguidas guerras e ocupações estrangeiras impostas pelas grandes potências militares localizadas nas suas imediações, principalmente a Alemanha (até a Segunda Guerra Mundial) e a Rússia/União Soviética. Ademais, entendemos que também são as percepções dessas condições e os temores quanto à sua eventual repetição no futuro que os levaram a

---

22 *Joint Communiqué of the Visegrad Group ministers of Defence*, 2017. Tradução a cargo dos autores. Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/documents/official-statements/joint-communication-of-the->> - Acessado em: 28.04.2017.

adotar nas suas relações exteriores posições favoráveis à rápida integração às instituições políticas e militares do mundo ocidental, com isso objetivando encontrar na sua potência os recursos necessários para contrabalançar o poderio da Rússia na região.

Com efeito, os acontecimentos dos últimos anos na região indicam que seja estratégia prudente a ser seguida, diante do recrudescimento, por enquanto sem perspectivas de resolução, da acirrada disputa global pelo controle do renovado *shatterbelt* da Europa Centro-Oriental.

## Referências Bibliográficas

- BALÍK, Stanislav, et al. *Politický systém českých zemí 1848-1989*. 3. vydání. Brno: Masarykova univerzita, 2011.
- COHEN, S.B. *Geopolitics: the Geography of International Relations*. Maryland: Rowman & Littlefield, 2008.
- FIORI J. L. *História, estratégia e desenvolvimento*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FIORI, J.L. *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FIORI, J.L., MEDEIROS, C. e SERRANO, F. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- HARTSHORNE, R.. The United States and the ‘shatter zone’ of Europe. In *Compass of the World* (H. Weigert and V. Steffanson eds) pp.203-214. New York: Macmillan, 1944.
- HOBSBAWM, E.J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLMAN, R. et al. *Dějiny ekonomického myšlení*. Praha: C. H. Beck, 2005.
- KELLY, P. *Checkerboards & Shatterbelts: The Geopolitics of South America*. Austin: University of Texas Press, 1997.
- KOSINSKI, Daniel. *Reações ao aumento da presença militar russa no Báltico*. Boletim Geocorrente. [on-line]. Número 44. Rio de Janeiro: Núcleo de Avaliação da Conjuntura do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha/Escola de Guerra Naval, 2016(a), 3 de novembro de 2016. Disponível na Internet: < <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/boletins/boletim-44.pdf> > ISSN 2446-7014
- KOSINSKI, Daniel. *Percepção de ameaça militar russa no Mar Báltico aproxima adversários históricos*. Boletim Geocorrente. [on-line]. Número 45. Rio de Janeiro: Núcleo de Avaliação da Conjuntura do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha/Escola de Guerra Naval, 2016(b), 25 de novembro de 2016. Disponível na Internet: < <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/boletins/boletim-45.pdf> > ISSN 2446-7014
- KOSINSKI, Daniel. *Eleições na Europa Centro-Oriental: aumento da influência russa?*. Boletim Geocorrente. [on-line]. Número 46. Rio de Janeiro: Núcleo de Avaliação da Conjuntura do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha/Escola de Guerra Naval, 2016(c), 12 de dezembro de 2016. Disponível na Internet: < <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/boletins/boletim-46.pdf> > ISSN 2446-7014
- KOSINSKI, Daniel. *Instalação americana na Polónia: a primeira fase da operação ‘Atlantic Resolve’*. Boletim Geocorrente. [on-line]. Número 47. Rio de Janeiro: Núcleo de Avaliação da Conjuntura do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha/Escola de Guerra Naval, 2017(a), 2 de fevereiro de 2017. Disponível na Internet: < <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/boletins/boletim-47.pdf> > ISSN 2446-7014

- KOSINSKI, Daniel. *Putin visita a Hungria, seu principal aliado na Europa Central*. Boletim Geocorrente. [on-line]. Número 49. Rio de Janeiro: Núcleo de Avaliação da Conjuntura do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha/Escola de Guerra Naval, 2017(b), 10 de março de 2017. Disponível na Internet: < <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/boletins/boletim-49.pdf> > ISSN 2446-7014
- KOSINSKI, Daniel. *União Européia cria o seu primeiro comando militar unificado*. Boletim Geocorrente. [on-line]. Número 51. Rio de Janeiro: Núcleo de Avaliação da Conjuntura do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha/Escola de Guerra Naval, 2017(c), 7 de abril de 2017. Disponível na Internet: < <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/boletins/boletim-51.pdf> > ISSN 2446-7014
- KUGIEL, Patryk (ed.). *V4 Goes Global: Exploring Opportunities and Obstacles in the Visegrad Countries' Cooperation with Brazil, India, China and South Africa*. Warsaw: Polski Instytut Spraw Międzynarodowych, 2016.
- MARSH, D. *Germany and Europe: the crisis of unity*. London (UK): Mandarin Publishers, 1995.
- PAŘIZKOVÁ, Nikola. *Geopolitics and the role of media: Czechoslovakia during the Cold War*. 2016. 121f. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- ŠIK, O. *Socialismus - teorie a praxe*. In ŠIK, Ota. *Socialismus dnes?*. Praha: Academia, 1990.
- UNSTEAD, J.F. *The belt of political change in Europe*. The Scottish Geographical Magazine, 1923, 34, p. 183-192.
- VISEGRAD GROUP. *Visegrad Declaration - Declaration on Cooperation between the Czech and Slovak Federal Republic, the Republic of Poland and the Republic of Hungary in Striving for European Integration (1991)* [on-line]. Disponível na internet: < <http://www.visegradgroup.eu/documents/visegrad-declarations/visegrad-declaration-110412> > Acesso em: 25.02.2016.
- VISEGRAD GROUP. *The Bratislava Declaration of the Prime Ministers of the Czech Republic, the Republic of Hungary, the Republic of Poland and the Slovak Republic on the occasion of the 20th anniversary of the Visegrad Group (2011)* [on-line]. Disponível na internet: < <http://www.visegradgroup.eu/2011/the-bratislava> > Acesso em: 25.02.2016.
- VISEGRAD GROUP. *Bratislava Declaration of the Visegrad Group Heads of Government for a Stronger CDSP (2015)* [on-line]. Disponível na internet: < <http://www.visegradgroup.eu/calendar/2015/bratislava-declaration> > Acesso em: 29.03.2017.
- VISEGRAD GROUP. *Joint Statement on the Eastern Partnership of the Foreign Ministers of the Visegrad Group (2016)* [on-line]. Disponível na internet: < <http://www.visegradgroup.eu/calendar/2016/joint-statement-on-the> > Acesso em: 28.04.2017.
- VISEGRAD GROUP. *Communiqué of Prime Ministers of the Visegrad Group after meeting with Prime Minister of Ukraine (2016)* [on-line]. Disponível na internet: < <http://www.visegradgroup.eu/calendar/2016/communique-of-prime> > Acesso em: 28.04.2017.
- VISEGRAD GROUP. *Joint Statement of the heads of government of the V4 countries (2016)* [on-line]. Disponível na internet: < <http://www.visegradgroup.eu/documents/official-statements/joint-statement-of-the-161215-1> > Acesso em: 28.04.2017.
- VISEGRAD GROUP. *Joint Communiqué of the Visegrad Group ministers of Defence (2017)* [on-line]. Disponível na internet: < <http://www.visegradgroup.eu/documents/official-statements/joint-communique-of-the> > Acesso em: 28.04.2017.
- ZAMOYSKI, Adam. *História da Polónia*. Lisboa